



ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA FORÇA AÉREA

**RELATÓRIO DE GESTÃO
CONTAS
PARECER DO CONSELHO FISCAL
(EXERCÍCIO DE 2014)**



DIRECÇÃO NACIONAL

2014

ÍNDICE

1. Introdução.....	2
2. Contextualização	2
3. A situação de fato	3
3.1. O caso Gebalis	3
3.2. A AEFA e o Fisco	4
4. Barreiras funcionais.....	5
4.1. O caso Santander.....	5
4.2. Suporte documental.....	5
5. A atividade.....	6
6. As contas.....	9
6.1. Contabilidade.....	9
6.2. Proposta de aplicação de resultados	10
7. Plano de atividades	10

1. Introdução

A Direção Nacional apresenta-se junto dos seus associados com a serenidade e a humildade que carece qualquer órgão executivo. Sabemos que neste espaço de tempo não era possível, nem atendível que cumpríssemos o que nos propusemos realizar em menos de dois anos.

Contudo, entendemos e os associados o julgarão, que nos cinco meses em que de fato exercemos o mandato conseguimos ir bastante mais além do que aquilo que nós próprios expectávamos.

A nossa Associação, conforme é descrito no Plano Estratégico, padece de variáveis que se nos apresentam de contornos complexos que valerá a pena avaliar, estudar e atuar.

Um chavão que é muito peculiar na linguagem do dia-a-dia é a solidariedade. Todavia essa solidariedade só é virtuosa se forem terceiros a praticá-la e tanto quanto possível com a nossa diáfana supervisão. A nossa zona de conforto impede-nos de interagir. Era suposto uma maior aproximação dos associados à nossa Associação sobretudo após o período difícil porque passou. Todavia é manifesto e autêntico destacar que neste curto tempo de mandato nos foi possível trabalhar com associados que, sem enquadramento orgânico e sem compensação, a não ser a do prazer de apoiar e contribuir para engrandecer a nossa Associação, nos demonstraram que poderemos estar a trilhar os caminhos corretos e só nos resta lançar as temáticas.

No mesmo contexto importa, uma vez mais e que nunca será demais, realçar que o envelhecimento da massa associativa continua a ser uma realidade. Neste âmbito lançamos um alerta geral a todos os associados na certeza que a Direção Nacional, suportada nos Núcleos ainda pensa ter ambições de tentar mitigar esta situação, já que revertê-la será impossível.

2. Contextualização

É do conhecimento generalizado dos nossos associados da experiência vivida pela AEFA que consideramos simpaticamente de menos feliz.

Todos estarão recordados do acontecido há cerca de um ano atrás quando as contas referentes à gestão de 2013 foram reprovadas por unanimidade. Volvido que foi mês e meio as “Contas”, em termos genéricos viriam a ser aprovadas numa estratégia de não permitir que se prolongasse por muito mais tempo a fase de agonia que a AEFA atravessava.

Conforme é do conhecimento geral foram eleitos os corpos gerentes para o biénio 2014/2016.

Face ao anteriormente exposto era expectável que surgissem diversos acidentes de percurso para que a normalidade fosse restabelecida com rapidez e serenidade.

Ciente desses quiproquós a Direção eleita fez transcrever em ata da Assembleia Geral o seguinte: “ *Os Órgãos eleitos consideram não estarem reunidas as melhores condições para o início do seu mandato.*”

Saliente-se a não passagem do testemunho como sejam as mais elementares ferramentas básicas como: Base de Dados, correspondência pendente, acesso ao site e outras eventuais situações pertinentes que deveriam ser comunicadas a cada Órgão.

Os Órgãos eleitos, face ao não cabal esclarecimento sobre a verdadeira situação económica/financeira/social da AEFA, recorrem ao consignado no Nr.11 do artº. 24 do Regulamento Interno.

A Direção, até que a situação seja revertida sente-se impotente para poder, em tempo oportuno, apresentar os dados referentes ao primeiro semestre de 2014.

Pese o facto de tomar posse, evitando assim maiores derrogações em toda este dramático processo, a plenitude de funções só será exercida após a receção de toda a documentação considerada necessária para o exercício cabal de funções.” (Ata 47 pg.13)

Na realidade veio a Direção Nacional a debater-se com enormes dificuldades para conseguir reunir toda a documentação que fizesse luz sobre as contas referentes ao primeiro semestre já que estes estavam dispersos em, pelo menos, três entidades.

Tardiamente, é certo, foi possível reunir a documentação do primeiro semestre que agora sujeitamos à votação da Assembleia Geral que, foram executadas por esta Direção, mas sublinhe-se são pertença da Comissão de Gestão que nos antecedeu.

Documentalmente as contas que apresentamos afiguram-se como corretas.

Será de bom-tom afirmar que o início da nossa atividade estava condicionado. Disse-se: “...a plenitude de funções só será exercida após a receção de toda a documentação considerada necessária para o exercício cabal de funções”. Todavia fomos constatando que dia após dia a situação se degradava, a imagem da Associação se depauperava e que os associados não compreenderiam o fato de existir uma Direção e a atividade continuar parada.

Por isso, em termos efetivos, demos início á nossa atividade em meados do mês de julho com todas as contingências inerentes ao facto de ser um mês tradicionalmente de férias. Mas começámos a trabalhar porque era necessário dar prova de vida.

Conforme supra citado regulamo-nos pelo vertido no Nr.11 do artº. 24 do Regulamento Interno que diz: “A AEFA não é responsável por atos ou contratos estranhos aos fins para que foi criada que sejam praticados pelos seus órgãos sociais e não devem os mesmos órgãos passar o mandato com passivo.” Logo assumimos o saldo zero.

3. A situação de fato

3.1. O caso Gebalis

Uma das questões referenciadas pela Comissão de Gestão: “Quanto à situação do aluguer da sede da Delegação Lisboa à Camara Municipal de Lisboa, foi verificada uma dívida por parte dessa Delegação de € 2.190.05 acrescida de custas possíveis inerentes ao processo judicial, de referir que caberá exclusivamente aos responsáveis da Delegação a resolução do Assunto.

Quanto à Delegação de Lisboa informou que o saldo da conta bancária é de aproximadamente de 1.000€ e que não existem quaisquer dívidas com exceção do processo de arrendamento.”

Esta situação veio a verificar-se de facto.

Sobre esta matéria creio que deverá ser devidamente registado o ocorrido.

Foi a Direção Nacional confrontada com a disponibilização dos cargos de dirigentes por parte dos membros da extinta Delegação de Lisboa que não veio a ser aceite já que não pretendíamos que existisse um vazio de poder. Nesse entretanto os dirigentes da mesma Delegação solicitaram, então, mais algum tempo para que eles próprios resolvessem o chamado caso Gebalis.

Conforme documento devidamente arquivado a Gebalis, a 9 de junho de 2014, confirmava uma dívida da Associação de € 2.190,05.

Conforme documentação em arquivo nos dias 2 e 3 de julho de 2014 a Delegação de Lisboa liquidou € 2.190,05, mais € 51,00 de taxa de justiça e € 147,92 referente a juros. O que liquidava a dívida da Associação para com a Gebalis e regularizava o bom nome da AEFA.

Por correspondência recebida do Banco Santander Totta, datada de 9 de setembro de 2014 fomos confrontados com o bloqueio da nossa conta depósito à ordem por ordem do Tribunal de Lisboa, 1º Juízo. Indagando a razão constatámos que, ainda no contexto Gebalis, tinha faltado o pagamento devido à Agente de Execução no valor de € 304,35 que, em 24 do mesmo mês, foram convertidos em penhora por falta de comunicação entre o Tribunal e a referida Agente. Após a liquidação daquele valor, finalmente, por correspondência da mesma entidade bancária, datada de 21 de outubro, foi-nos comunicado sem efeito a penhora de 24 de setembro de 2014 pelo que a conta se encontrava disponível, após termos efetuado a respetiva liquidação.

Recorde-se que a Delegação de Lisboa, a 31 de Dezembro de 2013 tinha um saldo credor de € 1.782,29. Recebeu durante o primeiro semestre € 1.196,00 de cotas e cartões o que lhes permitiu ter um saldo de € 2.978,29 logo capaz de liquidar a dívida à Gebalis conforme documentação em arquivo.

Em 29 de julho a Direção da Delegação de Lisboa veio a pedir a demissão. À Direção Nacional resta prestar um agradecimento, que já foi efetuado publicamente, pelo sentido de responsabilidade demonstrados neste processo.

3.2. A AEFA e o Fisco

A situação da nossa Associação encontrava-se irregular desde 2011 em relação à Autoridade Tributária (AT) já que não havia sido dado o início da atividade de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

A 22 de outubro de 2014 a Direção Nacional deu início da sua atividade, pagando para o efeito uma coima no valor de € 150,00.

Foi aproveitado o ensejo para alterar o Código de Atividade Económica (CAE), por razões que mais adiante veremos.

Note-se que na documentação do início da atividade a Associação ficou isenta de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), nos termos do N.º 9 do mesmo código, bem como da obrigatoriedade de possuir contabilidade organizada

A situação fiscal da nossa associação está assim regularizada.

Contudo, dois alertas que entendemos dever deixar para o futuro:

- a) Durante os meses de maio deverá ser apresentado o Modelo 22.
- b) Sempre que haja alterações seja ao pacto social, seja de dirigentes, essas modificações deverão ser comunicadas à AT no prazo de noventa dias sob risco de pagamento de multa.

4. Barreiras funcionais

4.1. O caso Santander

Desde há muitos anos que a Associação possui conta no Banco Santander Totta, inicialmente domiciliada no Balcão de Gaia II.

Após a posse constatou-se que a domiciliação da conta da Associação se encontrava no Balcão de Setúbal e que a titularidade da conta não foi alterada desde 2012, estando como assinatura obrigatória a do então presidente Jorge Almeida.

Naturalmente que esta situação constituiu uma barreira desde logo.

Todavia uma série de variáveis contribuíram para esta inacessibilidade à conta depósito à ordem. Desde logo o fato de em termos de CAE a Associação estar catalogada como Associação Profissional o que pressupunha outros desideratos jurídicos. Desde há anos, pelo menos desde antes de 2007, que o CAE estava errado em virtude das três revisões efetuadas pelo Instituto Nacional de Estatística e nunca se ter verificado as mudanças que tal implicava já que em função das revisões ia sendo atribuída uma qualquer denominação errada. O atual CAE é o 94991 o que nos confere a nomenclatura de Associação Cultural e Recreativa e que, supostamente, nos iria aceder à conta depois de corrigido.

Contudo a entidade bancária “decidiu” que os nossos estatutos não estavam em conformidade com a legislação e que teriam de ser publicados no portal da justiça.

Tal levou-nos, com a prestimosa colaboração do vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral, Américo Dias, a iniciar um processo de escritura de um extrato do Regulamento Interno convertido em Estatutos que de imediato permitiu a publicação no tal Portal da Justiça. Recorde-se que este fato, vindo desde finais de outubro só veio a culminar em janeiro de 2015.

4.2. Suporte documental

Não é percussão desta Direção, nem serve os interesses associativos, evocar amiúde o passado recente da vida da nossa Associação, mas sobretudo no que ao setor administrativo diz respeito entendemos, objetivamente, voltar ao tema.

Contudo, por que os associados têm o direito de saber, e desta forma encerrar definitivamente os diz-que-diz-que, devemos informar os associados da forma desorganizada como nos foram entregues as contas. Existiam três focos contabilísticos que mais célere ou menos celeremente nos foram, ao longo de meses, disponibilizando as contas. Um, a Delegação de Lisboa, de imediato nos disponibilizou o que existia em seu poder em termos de contabilidade, nomeadamente cotas, cartões, acesso ao “email” e ao “site”. Setúbal que, por via do presidente-adjunto, Manuel Cascão, possuía as contas relativas ao Encontro Nacional e, um terceiro, o Presidente da Comissão de Gestão, Manuel Gonçalves que mais tardou em entregar/esclarecer a situação contabilística da Associação relativa ao primeiro semestre do ano.

Foi de certa forma penosa a forma como se foram conseguindo os dados contabilísticos necessários para poder apresentar, neste documento, as contas do primeiro semestre.

5. A atividade

O nosso plano de atividades previsto para os primeiros cerca de seis meses de gestão suportava-se em cinco patamares fulcrais:

- a) Reorganizar administrativamente a associação.
- b) Credibilizar o nome da AEFA no plano externo.
- c) Convocar os associados para um novo ressurgir da AEFA.
- d) Operacionalizar as novas diretivas do Regulamento Interno.
- e) Repensar a forma de comunicação da Associação.

No que refere ao primeiro item foi realizado um enorme trabalho de “limpeza” da base de dados que, sob pena de melhor avaliação, não pode ser considerada uma base de dados antes mais uma folha de “excel” com muitas “sheet”.

Foi efetuado um trabalho relevante na conciliação de moradas existentes de acordo com o CP 7 o que impedia a receção de correspondência por uma significativa parte dos associados. Continua-se a tentativa de atualização/procura de endereços eletrónicos e outros. As existências foram verificadas unidade a unidade. Foram criados documentos suporte para facilitação do trabalho dos Núcleos em termos de contabilidade e outra informação relevante para a Associação com destaque para a necessidade de prestação de contas trimestral, visando uma maior transparência, e com o objetivo de ser publicada no nosso “site”.

A credibilização da AEFA passa por reverter a imagem face a um passado recente, sobretudo entre os nossos parceiros prioritários como é o caso da Força Aérea Portuguesa. A audiência que Sua Excelência o Chefe de Estado Maior da Força Aérea Portuguesa nos concedeu, no dia 31 de julho, foi relevante dada a possibilidade de

comunicar a Sua Excelência os nossos propósitos de coesão, dinamismo e credibilidade que urge para A AEFA.

No início do mês de Setembro foi possível, dado o período de férias então em curso, realizar uma reunião de estruturas, em Monte Real, onde foi possível transmitir os objetivos da Direção Nacional face ao seu programa de ação, assim como apresentar o Plano Estratégico que nos norteia. O modelo de gestão, o plano de comunicação e os conceitos de proximidade, coesão e transparência foram igualmente evidenciados.

No dia 6 de julho a AEFA fez-se representar pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (César Oliveira), pelo Presidente Nacional (Paulo Castro) e pelos Vice-presidentes nacionais (Felizardo Bandeira e José Sousa) nas cerimónias evocativas do fatídico acidente da Serra do Carvalho (Vila Nova de Poiares) que vitimou em 1 de julho de 1955 oito pilotos de F-84.

A necessidade do estabelecimento de um protocolo entre a Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e a Associação de Especialistas da Força Aérea (AEFA) levou a que o Presidente Nacional, na companhia do Vice-presidente Nacional (José Sousa), fossem apresentar cumprimentos à Direção Nacional da ADFA aproveitando para lançar as bases desse protocolo que se encontra, ainda, em análise final pelo Departamento Jurídico. A delegação da AEFA foi recebida pelo Presidente Nacional da ADFA, Comendador José Arruda e pelo Vice-presidente Manuel Lopes Dias.

Enquadrado no conceito de reaproximar os associados da AEFA foram levadas a efeito diversas ações onde se destaca a apresentação, a 24 julho, do livro do Major General José Queiroga “Estórias vividas” que contou com o apoio da Editora Fronteira do Caos e na qual participaram muitos associados que, em África, tiveram o grato prazer de conviver com o “General Queiroga”.

A necessidade de aproximar os associados, conjugada com a indispensabilidade de fazer cumprir o novo Regulamento Interno permitiu-nos executar ações duplas, como sejam, a eleição direta das Direções dos Núcleos e o convívio entre associados. Assim, realizaram-se as seguintes ações:

18-10-2014	Leiria
25-10-2014	Minho
31-10-2014	Porto
02-11-2014	Algarve
08-11-2014	Aveiro
15-11-2014	Setúbal
22-11-2014	Lisboa

No Núcleo do Minho, por falta de prazo para a convocatória, não houve lugar a eleição para a Direção do Núcleo sendo que esta se realizará no mais curto espaço de tempo, o mesmo acontecendo com os Núcleos de Trás-os-Montes, Açores e Coimbra.

Contudo, no Minho, teve lugar a habitual festa da “Rauliana” que contou com a presença de muitos associados.

Nos restantes Núcleos (Leiria, Algarve, Aveiro, Setúbal e Lisboa) a presença de associados foi uma constante sendo que há muito trabalho a realizar na tentativa de recuperação dos associados o que acontecerá, estamos em crer, concomitantemente com o recuperar da imagem da AEFA.

Após esta aplicação do N.º 2 do Art.º 29º do Regulamento Interno as Direções dos Núcleos ficaram assim constituídas:

Aveiro

Presidente:	Álvaro Eugénio M. Silva	Sócio Nº 255
Secretário:	Rui J. S. Pires	Sócio Nº 2534
Tesoureiro:	Guilherme J. V. Martins	Sócio Nº 2594

Algarve

Presidente:	Aldemiro Manuel Estreia Pires	Sócio Nº 876
Secretário:	Carlos Manuel Cheles Nogueira	Sócio Nº 3745
Tesoureiro:	António Cabrita Guerreiro	Sócio Nº 1223

Leiria

Presidente:	Fabício Clemente Pereira Marcelino	Sócio Nº 583
Secretário:	Júlio de Jesus Ribeiro	Sócio Nº 1178
Tesoureiro:	Fernando Manuel Pereira Gaio	Sócio Nº 1015

Lisboa

Presidente:	Artur Agostinho Cruz de Almeida	Sócio Nº 3741
Secretário:	Eduardo Pinto Sousa Martins	Sócio Nº 3742
Tesoureiro:	Alberto Afonso Martins	Sócio Nº 2096

Setúbal

Presidente:	Joaquim Condeço Marques	Sócio Nº 406
Secretário:	José Duarte	Sócio Nº 2686
Tesoureiro:	Jorge Leitão	Sócio Nº 1106

A Direção entendeu ainda, nesta matéria nomear a Comissão Instaladora do Núcleo do Porto uma estrutura que há muito deveria ter sido criada de forma a possibilitar um maior apoio aos associados da área geográfica do Grande Porto. Assim, aceitaram o convite os seguintes associados:

Porto

Presidente: Fernando Barbosa.

Sócio N.º 13

Secretário: Francisco Vasconcelos

Sócio N.º 2187

Tesoureiro: Fernando Pereira

Sócio N.º 2677

Saliente-se a reunião realizada no dia 6 de dezembro com os associados da área geográfica de Coimbra no sentido de ser reabilitada a estrutura associativa face à demissão da Direção do Núcleo. Marcaram presença o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, César Oliveira, o Presidente Nacional, Paulo Castro, o Presidente Nacional Adjunto, Alves da Silva e os Vice-presidentes nacionais Mário Aguiar e Felizardo Bandeira. Como conclusão ficou a Direção Nacional de receber uma resposta no início do ano de 2015.

No plano da comunicação a Direção programou o envio de uma “newsletter”, tarefa que foi cumprida em outubro com um campo de ação limitado aos associados com correio eletrónico e se atualizado.

O “site” da associação carecia de memória necessária para a publicação de determinadas tipologias de conteúdos.

Foi solicitado ao EMFA a feitura de um “site” que pudesse estar no âmbito da Força Aérea. O nosso pedido foi autorizado e desde finais do mês de dezembro que se encontra disponível um novo site da AEFA no endereço www.emfa.pt/aeafa.

Foi estreita a colaboração com a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação da FAP que nos permite ter hoje um “site” moderno, ágil e capacitado. Contudo este facto de estarmos sob uma das “asas” do EMFA traz-nos responsabilidades acrescidas que saberemos interpretar. Por outro lado traz-nos, também, orgulho e é revelador de respeito pela postura e trabalho da AEFA.

Conscientes que a comunicação com os associados tem sido de certa forma descurada, pensando que, por um lado, nem todos acedem com facilidade à internet, que os custos de expedição de correspondência são incompatíveis com a atual situação económica da AEFA decidiu a direção comunicar com os associados em suporte papel, ou seja, através da reedição do nosso órgão informativo “O Especialista”.

Para o efeito a Direção nomeou um grupo de trabalho, coordenado pelo Presidente Nacional e que é composto pelos associados José Manuel Torrão Sacramento e José Teixeira que proximamente farão publicar o mesmo órgão.

No período da responsabilidade da nossa gestão e até final do ano foram admitidos vinte e seis novos associados, tendência que esperamos vir a manter.

6. As contas

6.1. Contabilidade

Fazem parte integrante deste documento as contas relativas ao exercício de 2014 que, pela primeira vez na história da associação, surgem consolidadas.

Nos capítulos 1 e 2 (Introdução e Contextualização) encontra-se explicado muito do ceticismo sobre o suporte documental existente.

Contudo entendemos, como dever de transparência, explicitar alfabeticamente aquilo que numericamente será evidente.

No âmbito das atividades os montantes de pagamentos €10.982,52 referem-se a despesas referentes ao encontro nacional realizado na Ota que de acordo com o que foi possível apurar terá contado com a presença de 335 associados.

Em Despesas com Assembleia Geral o montante de €1.408,58, é referente a deslocações, publicação em órgãos de comunicação social e documentação.

Na rubrica Outras, no montante de €701,27 encontram-se verbas referentes ao processo Gebalis (€304,35), coima paga à Autoridade Tributária (€150,00) e €246,92 relativos ao acerto de contas referenciado na pág. 4 que diz: pelo vertido no Nr.11 do Art.º 24 do Regulamento Interno “...e não devem os mesmos órgãos passar o mandato com passivo.”, o mesmo é dizer que foi assumido o valor zero como ponto de partida.

Na rubrica Deslocações Direção Nacional no montante de €153,00 correspondem a duas deslocações do Presidente da Direção Nacional para audiências em Lisboa, com diversas entidades, efetuadas em transporte público.

Na rubrica de Representação e Deslocações, €284,34, este total refere-se a quatro coroas de flores para deposição em diversas cerimónias (€ 240,00) e despesas com apresentação do livro do Senhor General Queiroga (€44,34).

6.2. Proposta de aplicação de resultados

A Direção Nacional propõe que os resultados do exercício transitem para o ano subsequente.

7. Plano de atividades

A Direção Nacional vai continuar a tentativa de operacionalização do seu programa de candidatura numa muita estreita colaboração com os Núcleos já implantados no terreno e outros que surgirão assim que esteja concluída a “carta de proximidade” ou, se preferirem a reorganização territorial da AEFA.

Permitam-nos recuperar parte significativa do “Programa de Ação - Coesão: social e territorial” oportunamente dado a conhecer aos associados:

“A reorganização territorial da AEFA deverá merecer uma atenção inovadora, pretendendo-se um enquadramento compatível com o que a sociedade vai

denunciando e as diferentes Instituições deram como adquirido. Um sistema regional, baseado na proximidade será o modelo de gestão desta Direção. Trabalho, empreendedorismo e inovação, termos tão em voga, serão igualmente indispensáveis, assim como uma mais estreita e desinteressada aproximação dos associados à sua Associação. Os Grupos de Trabalho deverão ser uma ferramenta a considerar neste trajeto. Há realidades e ou valores que teremos de defender e, ou, preservar. Para isso queremos estabelecer Grupos de Trabalho em pelo menos seis áreas temáticas, ou projetos que designaremos, genericamente, como:

- a. Cidadania e Defesa Nacional
- b. Envelhecimento ativo.
- c. Conteúdos informativos
- d. Entretenimento e Laser
- e. Para memória futura
- f. Núcleo Museológico “

Se por um lado os conteúdos informativos já estarão em operacionalização, o mesmo não poderemos dizer do objetivo “Para memória futura”. Este objetivo divide-se em duas fases, sendo que a primeira, “a memória musical” já tem autorização superior para avançar e o Grupo de Trabalho nomeado. Contudo, entende a Direção Nacional que o mesmo carece de uma melhor e mais detalhada definição do produto final.

No próximo ano destacamos o 30º aniversário da fundação do Núcleo de Setúbal que terá um programa de realce, com exposições, conferências e concertos e que decorrerá no mês de Maio.

Espera-se um forte contributo dos Núcleos na dinamização destes processos, Núcleos que são a estrutura basilar da nossa Associação e que, neste mandato, tanto têm dado de si através da incorporação num novo espírito, mais dinâmico, mais descentralizado e mais ambicioso de fazer crescer a nossa Associação.

A eles o nosso bem-haja.

Porto, 16 de fevereiro de 2015

A Direção Nacional



(Paulo Castro)

Presidente



ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA FORÇA AÉREA

CONTAS

(EXERCÍCIO DE 2014)



DIRECÇÃO NACIONAL

2014

Associação de Especialistas da FA

Direcção Nacional

Em 31/12/2014

Mapa de recebimentos e pagamentos

(euros)

Recebimentos	
1. Recebimentos atividade	
Joias	33,50
Quotas	2.065,00
Cartões	1.164,50
Actividades	12.880,00
Doações	0,00
Subsídios	0,00
Outros	0,00
2. Recebimentos comerciais	
Loja AEFA	101,00
3. Recebimentos capitais	0,00
4. Outros Recebimentos	0,00
Total:	16.244,00

Pagamentos	
1. Funcionamento	
Correios	89,37
Telefoes/Internet	234,43
Contencioso e Notariado	75,00
Deslocações.Direcção Nacional	153,00
Deslocações Núcleos	0,00
Representação e Deslocações.	284,34
Material de Escritorio	96,12
Higiene, Seg.Conf.	109,50
Cartões	729,04
Exposições/Divulgação Aeronautica.	0,00
Reunião Estruturas	0,00
Despesas Encontro Nacional	10.872,20
Despesas Encontros Regionais	1.055,00
Despesas Assembleia Geral	1.408,58
Despesas Bancárias	67,02
Outras	701,27
2. Investimento	
Aquisição de Equipamentos	0,00
Aquisição ou construção de instalações	0,00
Outras	0,00
Total:	15.874,87

Associação de Especialistas da FA

Saldo Ano anterior	529,93
Receitas	16.244,00
Despesas	15.874,87
Saldo para o ano seguinte	899,06

Saldos em 31.07.2014	
Santander - 820006619077710	1.955,80
Fundo Maneio	90,07
Total	2.045,87

Conciliação Bancária

31-12-2014	saldo bancário	1.975,80
movimentos em suspenso:		
	créditos na conta D/O	-30,00
	débitos na conta D/O	10,00
	créditos na contabilidade	0,00
	débitos na contabilidade	0,00
31-12-2014	saldo na contabilidade	1.955,80
	controlo	0,00

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

DIRECÇÃO NACIONAL

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RÚBRICAS		DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
CAIXA			
	Saldo Inicial - 247,41		
	Receitas - 16.657,83		
	Despesas - (16.815,17)		
	Saldo a Transitar -	90,07	247,41
DEP.ORDEM			
	Saldo Inicial - 282,52		
	Receitas - 1.740,30		
	Despesas - (67,02)		
	Saldo a Transitar - 1.955,80	1.955,80	282,52
DÍV. TERC. A RECEBER			
	Núcleo Setúbal - 325,98		
	Sócio nº. 17- 304,35		
	Sócio nº. 595- 199,00		
	Sócio nº. 794- 75,00	904,33	
EXISTÊNCIAS			
	Saldo Inicial - 3.790,58		
	Receitas - (138,00)		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar -	3.652,58	3.790,58
IMOBILIZAÇÕES			
	Anos Anterior - 743,46		
	Do Ano - -		
	743,46		
AMORT.IMOBILIZ.	(743,46)	-	743,46
TOTAL DO ACTIVO		6.602,78	5.063,97
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
DÍVIDAS DE NÚCLEOS À D.N., COTAS DE 2014			
	Núcleo de Aveiro - 90,00		
	Núcleo de Minho - 165,00		
	Núcleo de Setúbal - 151,00	406,00	
RESULTADOS TRANSITADOS		5.063,97	8.190,77
RESULTADOS LÍQUIDOS		1.132,81	(3.126,80)
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		6.602,78	5.063,97

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ACTIVO			SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		
	2014	2013		2014	2013
<u>CAIXA</u>			<u>OUTROS CREDITORES</u>		
Sede	90,07	247,41			
Açores	30,00	-	Credores Diversos - DN	80,02	2.475,65
Algarve	220,01	488,75	Núcleo de Aveiro	90,00	
Aveiro	303,59	246,50	Núcleo do Minho	165,00	
Leiria	421,07	-	Núcleo de Setúbal	151,00	
Lisboa	264,50	1.473,43			
Minho	80,15	316,95			
Porto	-	-			
Setúbal	771,60	0,00			
Trás-os-Montes	230,20	230,20			
	2.411,19	3.003,24		486,02	2.475,65
<u>DEP. ORDEM</u>			<u>RESULTADOS</u>		
Sede	1.955,80	282,52	Sede	5.063,97	8.190,77
Açores	-	-	Açores	30,00	-
Algarve	-	-	Algarve	697,25	786,13
Aveiro	2.240,34	2.240,34	Aveiro	4.315,88	4.211,88
Coimbra	-	-	Coimbra	-	-
Leiria	-	438,69	Leiria	438,69	767,85
Lisboa	-	-	Lisboa	2.536,13	2.488,95
Minho	-	-	Minho	319,95	106,82
Porto	-	-	Porto	-	-
Setúbal	-	714,36	Setúbal	1.463,92	1.625,36
Trás-os-Montes	-	-	Trás-os-Montes	230,20	720,20
	4.196,14	3.675,91		15.095,99	18.897,96
<u>DÍVIDAS TERC. A RECEBER</u>					
Núcleo de Setúbal	325,98				
Sócio 17	304,35				
Sócio 595	199,00				
Sócio 794	75,00				
	904,33	0,00			
<u>EXISTÊNCIAS</u>			<u>RESULTADOS LIQUIDOS</u>		
Sede	3.652,58	3.790,58	Sede	1.132,81	(3.126,80)
Açores	-	-	Açores	-	-
Algarve	145,89	-	Algarve	(331,35)	(88,88)
Aveiro	-	-	Aveiro	(490,17)	104,00
Leiria	-	-	Leiria	(17,62)	(329,16)
Lisboa	-	208,50	Lisboa	(1.421,47)	(2.428,47)
Minho	44,00	-	Minho	(360,80)	210,13
Porto	-	-	Porto	-	-
Setúbal	90,00	90,00	Setúbal	459,65	(161,44)
Trás-os-Montes	-	-	Trás-os-Montes	-	(490,00)
	3.932,47	4.089,08		(1.028,95)	(6.310,62)
<u>IMOBILIZAÇÕES</u>					
Sede	-	743,46			
Aveiro	1.371,78	1.829,04			
Lisboa	850,16	1.062,70			
Setúbal	886,99	659,56			
	3.108,93	4.294,76			
TOTAIS	14.553,06	15.062,99	TOTAIS	14.553,06	15.062,99

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

NÚCLEO DOS AÇORES

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RÚBRICAS		DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
CAIXA			
	Saldo Inicial - 30,00		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar -	30,00	30,00
DEP.ORDEM			
	Saldo Inicial - -		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar - -	-	-
EXISTÊNCIAS			
	Saldo Inicial - -		
	Compras - -		
	Vendas - -		
	Saldo a Transitar - -	-	-
IMOBILIZAÇÕES			
	Anos Anterior - -		
	Do Ano - -		
	-		
AMORT.IMOBILIZ.	-	-	-
TOTAL DO ACTIVO		30,00	30,00
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
PROVISÕES P/ACTIVIDADES			
RESULTADOS TRANSITADOS		30,00	-
RESULTADOS LÍQUIDOS		-	30,00
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		30,00	30,00

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

NÚCLEO DO ALGARVE

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RÚBRICAS		DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
CAIXA			
	Saldo Inicial - 488,75		
	Regularização saldo exercício anterior - (127,50)		
	Receitas - 1.065,00		
	Despesas - (1.206,24)		
	Saldo a Transitar -	220,01	488,75
DEP.ORDEM			
	Saldo Inicial - -		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar -	-	-
EXISTÊNCIAS			
	Saldo Inicial - 208,50		
	Compras - -		
	Vendas - (62,61)		
	Saldo a Transitar -	145,89	208,50
IMOBILIZAÇÕES			
	Anos Anterior - -		
	Do Ano - -		
	-		
AMORT.IMOBILIZ.		-	-
TOTAL DO ACTIVO		365,90	697,25
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
PROVISÕES P/ACTIVIDADES			
RESULTADOS TRANSITADOS		697,25	786,13
RESULTADOS LÍQUIDOS		(331,35)	(88,88)
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		365,90	697,25

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

NÚCLEO DE AVEIRO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RÚBRICAS		DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
CAIXA			
	Saldo Inicial - 246,50		
	Receitas - 1.380,00		
	Despesas - (1.322,91)		
	Saldo a Transitar -	303,59	246,50
DEP.ORDEM			
	Saldo Inicial - 2.240,34		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar - 2.240,34	2.240,34	2.240,34
EXISTÊNCIAS			
	Saldo Inicial - -		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar - -	-	-
IMOBILIZAÇÕES			
	Anos Anterior - 1.829,04		
	Do Ano - -		
	1.829,04		
AMORT.IMOBILIZ.	(457,26)	1.371,78	1.829,04
TOTAL DO ACTIVO		3.915,71	4.315,88
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
DÍVIDA A PAGAR			
	AEFA - DN -	90,00	
RESULTADOS TRANSITADOS		4.315,88	4.211,88
RESULTADOS LÍQUIDOS		(400,17)	104,00
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		4.005,71	4.315,88

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

NÚCLEO DE LEIRIA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RÚBRICAS		DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
CAIXA			
	Saldo Inicial - 438,69		
	Receitas - 3.233,00		
	Despesas - (3.250,62)		
	Saldo a Transitar -	421,07	438,69
DEP.ORDEM			
	Saldo Inicial - -		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar - -	-	-
EXISTÊNCIAS			
	Saldo Inicial - -		
	Compras - -		
	Vendas - -		
	Saldo a Transitar - -	-	-
IMOBILIZAÇÕES			
	Anos Anterior - 145,00		
	Do Ano - -		
	145,00		
AMORT.IMOBILIZ.	145,00	-	
TOTAL DO ACTIVO		421,07	438,69
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
PROVISÕES P/ACTIVIDADES			
RESULTADOS TRANSITADOS		438,69	767,85
RESULTADOS LÍQUIDOS		(17,62)	(329,16)
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		421,07	438,69

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

NÚCLEO DE LISBOA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RÚBRICAS		DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
CAIXA			
	Saldo Inicial -	1.473,43	
	Receitas -	3.500,57	
	Despesas -	(4.709,50)	
	Saldo a Transitar -	264,50	1.473,43
DEP.ORDEM			
	Saldo Inicial -	-	
	Receitas -	-	
	Despesas -	-	
	Saldo a Transitar -	-	-
EXISTÊNCIAS			
	Saldo Inicial -	-	
	Receitas -	-	
	Despesas -	-	
	Saldo a Transitar -	-	-
IMOBILIZAÇÕES			
	Anos Anterior -	1.062,70	
	Do Ano -	-	
		1.062,70	1.062,70
AMORT.IMOBILIZ.	212,54	850,16	-
TOTAL DO ACTIVO		1.114,66	2.536,13
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
PROVISÕES P/ACTIVIDADES	Gebalis		2.475,65
RESULTADOS TRANSITADOS		2.536,13	2.488,95
RESULTADOS LÍQUIDOS		(1.421,47)	(2.428,47)
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		1.114,66	2.536,13

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

NÚCLEO DO MINHO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RÚBRICAS		DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
CAIXA			
	Saldo Inicial - 316,95		
	Regularização saldo exercício anterior - (219,32)		
	Receitas - 892,50		
	Despesas - (909,98)		
	Saldo a Transitar -	80,15	316,95
DEP.ORDEM			
	Saldo Inicial - -		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar - -	-	-
EXISTÊNCIAS			
	Saldo Inicial - 44,00		
	Compras - -		
	Vendas - -		
	Saldo a Transitar -	44,00	-
IMOBILIZAÇÕES			
	Anos Anterior - -		
	Do Ano - -		
	-		
AMORT.IMOBILIZ.		-	-
TOTAL DO ACTIVO		124,15	316,95
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
DÍVIDA A PAGAR			
	AEFA - DN -	165,00	
RESULTADOS TRANSITADOS		319,95	106,82
RESULTADOS LÍQUIDOS		(360,80)	210,13
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		124,15	316,95

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

NÚCLEO DO PORTO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RÚBRICAS		DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
CAIXA			
	Saldo Inicial -	-	
	Receitas -	300,00	
	Despesas -	(300,00)	
	Saldo a Transitar -	-	-
DEP.ORDEM			
	Saldo Inicial -	-	
	Receitas -	-	
	Despesas -	-	
	Saldo a Transitar -	-	-
EXISTÊNCIAS			
	Saldo Inicial -	-	
	Receitas -	-	
	Despesas -	-	
	Saldo a Transitar -	-	-
IMOBILIZAÇÕES			
	Anos Anterior -	-	
	Do Ano -	-	
		-	
AMORT.IMOBILIZ.		-	-
TOTAL DO ACTIVO		-	-
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
PROVISÕES P/ACTIVIDADES			
RESULTADOS TRANSITADOS		-	-
RESULTADOS LÍQUIDOS		-	-
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		-	-

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

NÚCLEO DE SETÚBAL

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RÚBRICAS		DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
CAIXA			
	Saldo Inicial - 714,36		
	Receitas - 2.188,00		
	Despesas - (2.130,76)		
	Saldo a Transitar -	771,60	714,36
DEP.ORDEM			
	Saldo Inicial - -		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar -	-	-
DÍV. TERC. A RECEBER			
	AEFA - D.N.	325,98	
EXISTÊNCIAS			
	Saldo Inicial - 90,00		
	Compras - -		
	Vendas - -		
	Saldo a Transitar -	90,00	90,00
IMOBILIZAÇÕES			
	Anos Anterior - 12.400,27		
	Do Ano -		
	12.400,27		
AMORT.IMOBILIZ.	11.513,28	886,99	659,56
TOTAL DO ACTIVO		2.074,57	1.463,92
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
DÍVIDA A PAGAR			
	AEFA - D.N.	151,00	
RESULTADOS TRANSITADOS		1.463,92	1.625,36
RESULTADOS LÍQUIDOS		459,65	(161,44)
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		2.074,57	1.463,92

ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA F.A.

NÚCLEO DE TRÁS-OS-MONTES

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RÚBRICAS		DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
CAIXA			
	Saldo Inicial - 230,20		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar -	230,20	230,20
DEP.ORDEM			
	Saldo Inicial - -		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar - -	-	-
EXISTÊNCIAS			
	Saldo Inicial - -		
	Receitas - -		
	Despesas - -		
	Saldo a Transitar - -	-	-
IMOBILIZAÇÕES			
	Anos Anterior - -		
	Do Ano - -		
	-		
AMORT.IMOBILIZ.	-	-	-
TOTAL DO ACTIVO		230,20	230,20
SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO			
PROVISÕES P/ACTIVIDADES			
RESULTADOS TRANSITADOS		230,20	720,20
RESULTADOS LÍQUIDOS		-	(490,00)
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		230,20	230,20



ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA FORÇA AÉREA

RELATÓRIO
PARECER DO CONSELHO FISCAL
(EXERCÍCIO DE 2014)



DIRECÇÃO NACIONAL

2014

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

DA

AEFA – ASSOCIAÇÃO DE ESPECIALISTAS DA FORÇA AÉREA

Senhores Associados,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos, na qualidade membros do Conselho Fiscal da AEFA – Associação de Especialistas da Força Aérea (artigo 27º do regulamento interno da associação), apresentar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestações de contas, elaborados pela Direcção Nacional com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

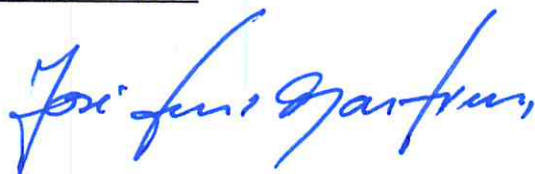
No exercício das nossas funções acompanhamos a gestão da associação através dos contactos com a Direcção Nacional e o departamento de contabilidade, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias entendemos convenientes.

Tendo em conta o relatório de gestão, o balanço, as alterações na situação líquida, a demonstração dos fluxos financeiros a certificação das contas por nós emitida, somos de parecer que sejam aprovados:

1. O relatório de gestão e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
2. A proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pela Direcção Nacional.

Porto, 24 de Fevereiro de 2015.

O Conselho Fiscal:



CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da AEFA – Associação de Especialistas da Força Aérea, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 6.602,78 euros e uma situação líquida de igual valor, incluindo o resultado líquido do exercício positivo (1.132,81 euros), bem como a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os restantes documentos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direcção Nacional a preparação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da associação, o resultado das suas operações, as alterações na situação líquida e os fluxos financeiros, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa tarefa consiste em expressar uma opinião responsável e independente, baseada no nosso exame daqueles documentos.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo um critério e objectivo de forma a obter um grau de segurança aceitável sobre as demonstrações financeiras e verificar se estão isentas de distorções. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão.
5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, os documentos de natureza financeira apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da AEFA – Associação de Especialistas da Força Aérea, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações na sua situação líquida no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios de boa conduta e em conformidade com o regulamento interno da associação.

Porto, 24 de Fevereiro de 2015.

O Conselho Fiscal:

